

PROJETO DE LEI Nº 51/2025

Dispõe sobre a garantia do pré-natal domiciliar para gestantes com dificuldade de locomoção ou em situação de vulnerabilidade no município de Vitória da Conquista - BA, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, aprova a seguinte lei:

Art. 1º

Fica instituído, no âmbito do município de Vitória da Conquista, o Programa de Pré-Natal Domiciliar, garantindo atendimento médico e de enfermagem domiciliar para gestantes com dificuldade de locomoção ou em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º

O atendimento domiciliar de que trata esta Lei será prestado por equipes da rede municipal de saúde, compostas por médicos, enfermeiros e demais profissionais da atenção básica, visando a assegurar o acompanhamento pré-natal adequado às gestantes que se enquadrem nos seguintes critérios:

- I** – Gestantes com dificuldade de locomoção, comprovada por laudo médico;
- II** – Gestantes em situação de vulnerabilidade social, devidamente identificadas pelos serviços de assistência social do município;
- III** – Gestantes em condições de saúde que impossibilitem ou dificultem o deslocamento até a unidade de saúde, mediante avaliação da equipe médica.

Art. 3º

O atendimento domiciliar abrangerá, no mínimo:

- I – Consultas periódicas para acompanhamento da gestação;
- II – Aferição de pressão arterial e monitoramento de sinais de risco gestacional;
- III – Coleta de exames laboratoriais essenciais ao pré-natal, quando necessário;
- IV – Administração de vacinas recomendadas durante a gestação;
- V – Orientações sobre cuidados gestacionais, planejamento do parto e cuidados com o recém-nascido;
- VI – Encaminhamento para unidades hospitalares em caso de necessidade.

Art. 4º

O programa será implementado pela Secretaria Municipal de Saúde, que poderá firmar parcerias com instituições públicas e privadas para viabilizar a sua execução.

Art. 5º

O Município poderá buscar recursos junto ao Governo Federal e Estadual para a ampliação e melhoria do programa, garantindo sua continuidade e abrangência.

Art. 6º

Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo critérios adicionais para execução e fiscalização do programa.

Art. 7º

As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do município, suplementadas se necessário.



Câmara Municipal

Vitória da Conquista

Unidade e Compromisso

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

Art. 8º

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 22 de abril de
2025.

DIOGO GOMES DE AZEVEDO FEITOSA
VEREADOR

www.camaravc.com.br

[f](#) [@](#) [@camaravc](#)

▶ Câmara de Vitória da Conquista

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa garantir o direito à assistência pré-natal para gestantes em condições que dificultam ou impedem seu deslocamento até as unidades de saúde, assegurando um atendimento humanizado e eficiente.

A proposta fundamenta-se no direito à saúde, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 196:

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Além disso, a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) estabelece em seu artigo 7º que os serviços de saúde devem respeitar a universalidade de acesso e a integralidade da assistência:

“Art. 7º São princípios do Sistema Único de Saúde (SUS):

- I - a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II – a integralidade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.”

Além disso, o Programa Previne Brasil, instituído pela Portaria nº 2.979/2019, reforça a importância do atendimento domiciliar na Atenção Primária à Saúde, incluindo o acompanhamento de gestantes em situação de vulnerabilidade.

Diante do exposto, o Pré-Natal Domiciliar em Vitória da Conquista contribuirá significativamente para a redução das taxas de mortalidade materna e infantil, bem como para a promoção da saúde materno-infantil, fortalecendo a atenção primária e garantindo o acesso universal ao cuidado pré-natal.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres vereadores para aprovação deste Projeto de Lei.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 22 de abril de 2025.



DIOGO GOMES DE AZEVEDO FEITOSA
VEREADOR